

É amanhã!

Dia 11 tem greve geral

A FNU, a CNU, a FRUNE, a FURCEN, a FTIUESP e todos os sindicatos filiados se colocam radicalmente contrários a PEC 241, que aprovada em dois turnos no Congresso Nacional se transformou em PEC 55 no Senado. Essa posição se dá pelo seu conteúdo totalmente voltado para a destruição do Estado brasileiro, ao propor o congelamento do orçamento público por 20 anos.

Os trabalhadores urbanos sabem o que significa o ataque ao Estado, pois nos anos 90 no auge do neoliberalismo as empresas do setor elétrico, mais precisamente as distribuidoras de energia foram entregues a preço vil ao capital privado. Os resultados foram: milhares de demissões, o aumento da tarifa, mortes em números alarmantes de trabalhadores terceirizados, queda na qualidade dos serviços, dentre outros.

Com a aprovação da PEC no Senado o setor de saneamento também será duramente atacado, primeiro pela falta de recursos federais para investimentos, depois com a posição dos governos estaduais para sua privatização alegando a falta de dinheiro e a necessidade de fazer caixa para pagar os juros da dívida com a união.

Desde a apresentação da PEC 241 pelo governo as manifestações vêm acontecendo em todo país, unindo toda a sociedade, estudantes, juristas, intelectuais, artistas, e a classe trabalhadora que tem se colocado contra a sua aprovação. De acordo com a UBES (União Brasileira de Estudantes) são mais de 1.100 escolas ocupadas, e esse número cresce a cada dia, pois os estudantes

das escolas públicas sabem o que representará o conjunto de medidas representadas por essa PEC da Maldade.

O DIEESE tem mostrado o tamanho do impacto que um congelamento do orçamento público por 20 anos causará as políticas públicas como saúde, educação, saneamento básico, infra-estrutura, assistência social, previdência social, salário mínimo e tantos outros. O cálculo aponta perdas de bilhões de reais nos investimentos do estado nessas políticas essenciais para o país se desenvolver de forma justa e igualitária. Deixando explícito o porquê da PEC 241 ser considerada o fim do Estado Democrático de Direito e da Constituição Cidadã de 1988.

A FNU através dos seus sindicatos filiados, a CNU, a FRUNE, a FTIUESP e a FURCEN devem somar forças com todos os atores sociais envolvidos, juventude, forças políticas progressistas e até mesmo a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que já emitiu nota oficial condenando a PEC 241 (leia na Tribuna Livre), por penalizar os pobres e não os ricos, para impedir que esta PEC seja aprovada. O desafio é mobilizar os trabalhadores é ir às ruas no dia 11 de novembro dando força a greve geral promovida pelas centrais sindicais, para dizer não a este crime de lesa pátria que é a PEC 241 e mais uma série de propostas que se aprovadas, significarão o maior arrocho contra a classe trabalhadora entre elas idade mínima para aposentadoria, fim dos reajuste do salário mínimo, fim da CLT, fim dos gastos mínimos em saúde e educação.



Experiência da Celesc é destaque em seminário internacional

Uma rede de solidariedade, com coordenação coletiva, aberta e em constante construção é o que caracteriza a Rede Vida Viva que realiza entre 12 a 14 de novembro em Florianópolis seu 10º Seminário Internacional. E Florianópolis não foi escolhida ao acaso: é aqui que o programa foi implantado com extremo sucesso. A experiência foi escolhida para representar o Brasil no encontro. Ela aconteceu na Celesc onde desde o ano passado a cláusula (nº46) do Acordo Coletivo do Trabalho assegura aos trabalhadores a participação no programa. O projeto piloto já atingiu 60% dos trabalhadores da empresa com resultados encorajadores. Foram detectados 622 problemas nos locais de trabalho. Alguns deles resolvidos pelos próprios trabalhadores – que é outra característica do programa: fazer que trabalhador assumo seu papel de agente transformador. “A lógica é valorizar a experiência, o saber do trabalhador, afinal ninguém conhece melhor o local de trabalho que ele. Tudo isto estimulando as ações coletivas na busca da vida e saúde no trabalho”, explica Mara Lira, coordenadora nacional de Rede Vida Viva no Brasil.

A rede Vida Viva existe há 14 anos no Brasil e nasceu

da necessidade de criar um programa que desenvolvesse ações nos locais de trabalho para modificar as condições de trabalho preservando as condições de saúde e vida. Ele busca envolver o trabalhador no processo de buscar ações preventivas objetivando a saúde no trabalho através de recursos formativos criados pela rede que são aplicados pelos próprios sindicatos que desenvolvem o trabalho diretamente na base o que também garante a sustentabilidade do programa uma vez que o sindicato passa a ter o material formativo e pessoas capacitadas para aplicação e desenvolvimento do programa.

Novas tecnologias

No 10 seminário Internacional a ênfase das discussões será a chamada “quarta revolução do mundo do trabalho” que é a introdução de novas tecnologias que vão impactar diretamente na forma como o trabalho está organizado atualmente. De saída observa-se aumento da precarização e impacto ainda maior na saúde física e mental. No encontro também serão trocadas experiências entre os países participantes (Turquia, Alemanha, Moçambique, Colômbia, Índia e Brasil). As diferenças nas condições de trabalho servem também para germinar novas



formas de enfrentamento buscando a saúde e vida no trabalho. Na Colômbia, por exemplo contra Mara, a terceirização é irrestrita existindo mais de 10 empresas terceirizadas dentro de uma única empresa mãe com índices de sindicalização baixos e repressão a quem se filia a sindicato. A Colômbia é o país onde mais morrem dirigentes sindicais e onde a incidência de adoecimento e acidentes de trabalho são imensas. Cerca de 70% da força de trabalho é terceirizada e o projeto interage com os 30% dos trabalhadores fixos buscando mobilizar através deles os restantes. Já na Alemanha a preocupação é com o adoecimento mental. A legislação trabalhista é boa e os índices de acidentes não são alarmantes, mas a introdução de novas tecnologias e a redução no número de trabalhadores impactam no adoecimento mental.

Impasse na Cerej

Os trabalhadores(as) da Cerej estão diante de um impasse. O fato foi causado pela reviravolta da diretoria da cooperativa que resolveu retirar do Acordo Coletivo de Trabalho um parágrafo (o segundo da cláusula 36) que trata da garantia de emprego. O parágrafo diz que “a garantia de emprego prevista nessa cláusula, também será aplicada para as eleições municipais”. A diretoria da Cerej não quer dar esta garantia.

Em assembleias realizadas na Cerej/sede e na Cerej/Pinheiral para deliberar sobre o assunto 21 trabalhadores(as) votaram contra a retirada da garantia; 10 trabalhadores(as) foram favoráveis à retirada do parágrafo e houve uma abstenção.

Isso faz com que as negociações sobre o assunto devam continuar. O Sinergia informa que as próximas ações serão informadas aos trabalhadores(as)

Não perca tempo!

Vão até 9 de dezembro as inscrições para a 9ª edição do Concurso Conto e Poesia. O Concurso, de abrangência estadual, é aberto a todos os catarinenses residentes ou não no estado de SC, e não catarinenses residentes no estado. Os participantes poderão apresentar até 3 textos inéditos (não publicados em livro) em cada gênero. Os contos não deverão exceder a seis páginas, e as poesias a três páginas. A temática do concurso é livre e a premiação aos autores classificados é a publicação dos trabalhos em livro, além de 15 exemplares do mesmo. A obra, contendo 15 contos e 30 poesias, é enviada para todas as bibliotecas públicas do Estado de Santa Catarina, entidades culturais do estado e do país. Para acessar o regulamento e ficha de inscrição acesse <http://www.sinergia.org.br/paginas/noticia/65>

Em 1992 o Sinergia inova lançando a primeira edição do Concurso Literário Conto e Poesia, com o objetivo de incentivar e dar acesso à escrita e leitura, além de ser uma ferramenta de diálogo do sindicato com a sociedade.

Até a 8ª edição, mais de 2.100 pessoas já se inscreveram no concurso e mais de 5.774 trabalhos foram inscritos. Participaram pessoas de todas as regiões do estado, de todas as faixas etárias (dos 90 aos 9 anos) e de todos os níveis de escolaridade. Vários dos classificados no concurso atuam hoje na área da literatura, produzindo e publicando em outros espaços.

O concurso Literário Conto e Poesia é uma referência para o público e produtores da literatura catarinense, e tem sido um espaço de experiência e afirmação da qualidade dos escritores selecionados.



InterceL
INTER SINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA
LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966)
Conselho Editorial: Dirceu Simas
Rua Max Colini, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Intersul cobra mérito para anistiados

A Intersul está cobrando o atraso na distribuição dos méritos para os anistiados da Eletrosul. Os sindicatos esperam que este problema seja resolvido urgentemente. A assessoria de relações trabalhistas da Eletrosul informou que o assunto estava pautado para deliberação da Diretoria Colegiada no dia 1º de novembro, mas foi retirado da pauta, sem explicações.

Vote PEC 241/55

Senado abre consulta pública sobre a PEC 241, que agora no senado se chama PEC 55. Essa Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo #congelar os investimentos em saúde e educação por 20 anos.

Entre neste link e vote: <https://goo.gl/mAooY1>

PDI da Celesc vai custar

R\$ 16 milhões

A Celesc informou em comunicado ao mercado nesta sexta-feira, 28 de outubro, que o Plano de Desligamento Incentivado proposto aos funcionários da distribuidora teve o orçamento aprovado e homologou 61 inscrições a um custo estimado de R\$ 16 mi. O valor será reconhecido no resultado do quarto trimestre de 2016. Os desligamentos dos funcionários ocorrerão em dezembro de 2016 e o prazo médio de pagamento vai ser de 29 meses. De acordo com o comunicado, o Plano faz parte da estratégia da Celesc para adequação de seus custos operacionais e otimização dos processos, de maneira que seja estabelecido um equilíbrio da força de trabalho da concessionária, com a aplicação contínua de medidas de eficiência operacional que atendam aos requisitos de qualidade do serviço e mantenham a gestão econômico-financeira para o período 2017-2020, como previsto no contrato de concessão. (Agência CanalEnergia – 31.10.2016)

Engie projeta receita de

R\$ 1 bilhão em serviços

A Engie planeja faturar cerca de R\$ 1 bilhão por ano com serviços de energia no Brasil nos próximos anos. A área de serviços de energia incluem projetos de geração distribuída - principalmente a partir de fonte solar fotovoltaica - eficiência energética e tecnologia. Atualmente esse segmento gera um faturamento de R\$ 200 milhões para o grupo no Brasil. A ideia de ampliar a atuação na área de serviços faz parte do reposicionamento da companhia francesa, iniciado este ano. A estratégia do grupo é não fazer novos projetos de geração a carvão, além daqueles já em andamento, e ampliar a atuação em geração distribuída e no desenvolvimento de usinas eólicas e solares de grande porte, sem abandonar o setor de grandes hidrelétricas, um dos destaques do grupo no Brasil. (Valor Econômico - 03/11/2016)

Empréstimo para Eletrosul

Eletrosul recebeu autorização para oferecer recebíveis como garantia em uma operação financeira junto ao Banco BTG Pactual que terá como objetivo a captação de R\$ 750 milhões. Segundo a Aneel será uma “operação de longo prazo estruturada por meio da oferta de cotas de um fundo de investimento em direitos creditórios da empresa (FDIC)”.



NOTA DA CNBB SOBRE A PEC 241*

“Não fazer os pobres participar dos próprios bens e roubá-los e tirar-lhes a vida.”

(São João Crisóstomo, século IV)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília-DF, dos dias 25 a 27 de outubro de 2016, manifesta sua posição a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, de autoria do Poder Executivo que, após ter sido aprovada na Câmara Federal, segue para tramitação no Senado Federal.

Apresentada como fórmula para alcançar o equilíbrio dos gastos públicos, a PEC 241 limita, a partir de 2017, as despesas primárias do Estado – educação, saúde, infraestrutura, segurança, funcionalismo e outros – criando um teto para essas mesmas despesas, a ser aplicado nos próximos vinte anos. Significa, na prática, que nenhum aumento real de investimento nas áreas primárias poderá ser feito durante duas décadas. No entanto, ela não menciona nenhum teto para despesas financeiras, como, por exemplo, o pagamento dos juros da dívida pública. Por que esse tratamento diferenciado?



A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando

não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública.

A PEC 241 supervaloriza o mercado em detrimento do Estado. “O dinheiro deve servir e não governar!” (Evangelii Gaudium, 58). Diante do risco de uma idolatria do mercado, a Doutrina Social da Igreja ressalta o limite e a incapacidade do mesmo em satisfazer as necessidades humanas que, por sua natureza, não são e não podem ser simples mercadorias (cf. Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 349).

A PEC 241 afronta a Constituição Cidadã de 1988. Ao tratar dos artigos 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento nas áreas de saúde e educação, ela desconsidera a ordem constitucional. A partir de 2018, o montante assegurado para estas áreas terá um novo critério de correção que será a inflação e não mais a receita corrente líquida, como prescreve a Constituição Federal.

É possível reverter o caminho de aprovação dessa PEC, que precisa ser debatida de forma ampla e democrática. A mobilização popular e a sociedade civil organizada são fundamentais para superação da crise econômica e política. Pesa, neste momento, sobre o Senado Federal, a responsabilidade de dialogar amplamente com a sociedade a respeito das consequências da PEC 241.

A CNBB continuará acompanhando esse processo, colocando-se à disposição para a busca de uma solução que garanta o direito de todos e não onere os mais pobres.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, continue intercedendo pelo povo brasileiro. Deus nos abençoe!

* a PEC está agora no Senado e seu número é 55

“As redes sociais são uma armadilha”

Desde que colocou, em 1999, sua ideia da “modernidade líquida” – uma etapa na qual tudo que era sólido se liquidificou, e em que “nossos acordos são temporários, passageiros, válidos apenas até novo aviso” –, Zygmunt Bauman se tornou uma figura de referência da sociologia.” Suas denúncias sobre a crescente desigualdade, sua análise do descrédito da política e sua visão nada idealista do que trouxe a revolução digital o transformaram também em um farol para o movimento global dos indignados, apesar de que não hesita em pontuar suas debilidades.

Ao ser questionado sobre as redes sociais, Bauman assevera:

P. As redes sociais mudaram a forma como as pessoas protestam e a exigência de transparência. Você é um cético sobre esse “ativismo de sofá” e ressalta que a Internet também nos entorpece com entretenimento barato. Em vez de um instrumento revolucionário, como alguns pensam, as redes sociais são o novo ópio do povo?

R. A questão da identidade foi transformada de algo preestabelecido em uma tarefa: você tem que criar a sua própria comunidade. Mas não se cria uma comunidade, você tem uma ou não; o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas. Mas, nas redes, é tão fácil adicionar e deletar amigos que as habilidades sociais não são necessárias. Elas são desenvolvidas na rua, ou no trabalho, ao encontrar gente com quem se precisa ter uma interação razoável. Aí você tem que enfrentar as dificuldades, se envolver em um diálogo. O papa Francisco, que é um grande homem, ao ser eleito, deu sua primeira entrevista a Eugenio Scalfari, um jornalista italiano que é um ateu autoproclamado. Foi um sinal: o diálogo real não é falar com gente que pensa igual a você. As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia. Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha.

